



DAS COISAS OCULTADAS DESDE A FUNDAÇÃO DO BRASIL

Ettore Finazzi-Agrò

La Sapienza Università di Roma

Este meu texto deriva de duas exigências, ou melhor, de dois imperativos, o primeiro moral e afetivo e o segundo circunstancial e científico: eu devo, por um lado, prestar homenagem à memória da minha querida Lúcia Helena e, pelo outro, refletir dois anos depois sobre o significado de um centenário – mantendo a necessária distância, mas repisando o caminho percorrido pela Amiga recém falecida no seu livro fundamental sobre José de Alencar.¹

2022 foi, de fato, um ano de celebrações da Fundação da nação brasileira e como em todas as celebrações aquilo que, na verdade, ficou implícito ou recalcado (como indicou Paul Ricoeur) foi uma glorificação em ausência – e eu sugeriria, talvez, uma glorificação *da* ausência, ainda na esteira da reflexão de Lucia Helena.²

Celebrar o segundo centenário da Independência assumiu, nesse sentido, o aspecto de um rito de enterro, de evocação fantasmática de um fundamento vazio e que não se encontra, aliás, lá onde a historiografia o coloca, mas num horizonte mítico onde

¹ Helena, Lucia. *A solidão tropical: O Brasil de Alencar e da modernidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

² Leiam-se, em particular, os capítulos “A hipótese Brasil” e “Nação e invenção” do seu livro sobre Alencar.

a origem se concretiza num gesto simbólico que reduz o complexo ao simples, o plural das causas à unidade do gesto (o grito de Ipiranga, por exemplo).

O caráter funéreo foi amplificado, de resto, pela presença no poder de um regime antidemocrático, marcado por imagens mortíferas, como acontece sempre nos estados de exceção decretados pelas ditaduras (e estou pensando, por exemplo, nas manifestações dos fascismos europeus sempre acompanhadas por emblemas de morte).

E a morte, de fato, rondou ao longo desse ano de pandemia que matou, como nos dois anos anteriores, centenas de milhares de brasileiros, vítimas de uma ridícula “gripezinha” – definição cheia de uma ironia trágica através da qual o Poder tentou esconder a chacina atrás de uma fatalidade amantada de luto.

A partir do ano de 2023, se espalhou, por contra, pelo Brasil um desejo de refundação que, não apagando de todo o mito fundacional, o releu no seu sentido historicamente mais complexo e logicamente mais confiável. O processo de palingenesia da comunidade nacional, nessa ótica, se concretizou na consciência de ter vivido uma catástrofe democrática, demográfica e sanitária que pretende uma revisão da Origem e a procura de um novo início, de um Fundamento plural e abrangente.

Utilizando os termos heideggerianos, poderíamos afirmar que neste processo de reinvenção da comunidade, de renascença de um sentimento comum, os intelectuais brasileiros têm novamente verificado como toda causa prima (todo *Grund*), também a origem da nação, tenha que ser aquilo que vai a fundo e se abisma (no *Abgrund*, justamente) para deixar eventualmente espaço a uma Refundação. “Novamente”, como acabo de dizer, porque na verdade a história brasileira é pautada por eventos catastróficos, testemunhados por grandes autores que têm apontado, nas suas obras, para o abismo escancarado no coração da Origem.

Basta pensar em *Os Sertões* e em *À Margem da História*, textos em que a percepção de uma catástrofe nacional é acompanhada pela denúncia de uma repressão mortal exercida pelo Estado contra aqueles que se queriam excluir do contexto estatal, sendo, porém, as figuras mais próximas de um verdadeiro Fundamento. Pessoas emarginadas – fora ou à margem da história, justamente – contra as quais o Poder age de modo violento, matando-as ou as relegando a uma exceção sem redenção: *homines sacri* que, graças ao seu desaparecimento, permitem o “sacramento” sobre o qual deveria

se embasar a comunidade nacional.³ Mais uma vez, trata-se daquele Fundamento que se torna invisível e inefável, sendo composto por homens infames que vão a fundo e desaparecem do horizonte da história para que seja possível algo como um mito fundacional sobre o qual imaginar e narrar a Nação.

Gente que não é gente, enfim, como os catrumanos em *Grande Sertão: Veredas*, comunidade de pessoas sem comunidade, exercendo a função de “bodes expiatórios”. Como indicou, de fato, René Girard em suas obras, aquilo que fica escondido desde a Fundação é exatamente esse “desejo mimético” instituindo o Comum de um povo através de um pacto simbólico.⁴ Nesta ótica, a sacralização do Estado pretende o sacrifício de um “bode expiatório”, constituído, no caso brasileiro, pelos povos indígenas e/ou pelos setores mais marginalizados da população.

O mecanismo vitimário, de resto, funcionou às origens da história brasileira e no âmbito do seu Romantismo (mais uma vez pensando a Alencar via Lucia Helena), assim como continuou funcionando nas várias “catástrofes” que marcaram, até ontem, o tempo nacional. E isso implica que, para armar uma narração fidedigna da Nação, seja indispensável indagar os vazios e os silêncios daquela narrativa, seja preciso interrogar aqueles “ausentes da história” de que falou Michel de Certeau, seja urgente, enfim, desenterrar e cultuar os mortos das várias revoluções brasileiras, a partir de Palmares até as covas improvisadas onde foram sepultados os mortos do Araguaia.⁵

Temos, por sorte, algumas testemunhas que tentaram resgatar a memória dos vencidos, inaugurando crônicas ou diários dos eventos dramáticos dos quais participaram. Talvez seja esta a fórmula mais adequada para dar sentido, embora de modo subjetivo, a uma realidade complexa, marcada pela violência, na qual o autor é mergulhado. A forma diarística, com efeito, pautada pelo calendário, permite à testemunha dar conta – diariamente, mais uma vez – daquilo que ela está vivendo, permite entrar, com ela, no turbilhão de eventos dramáticos até chegar ao olho do redemoinho.

³ A referência implícita nessas linhas é a série de livros que Giorgio Agamben dedicou à figura do *Homo sacer* e, em particular, o seu *O sacramento da linguagem. Arqueologia do juramento* (Homo sacer II, 3). Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011.

⁴ Veja-se, a esse respeito, o livro fundamental de René Girard do qual tirei também o título do presente ensaio: *Coisas ocultas desde a fundação do mundo: A revelação destruidora do mecanismo vitimário*. São Paulo: Paz e Terra, 2008 (ed. or.: *Des choses cachées depuis la fondation du monde*. Paris: Grasset & Fasquelle, 1978).

⁵ Cf. De Certeau, Michel. *L'absent de l'histoire*. Tours: Maison Mame, 1973.

Exemplos desse modo de fazer história a partir da perspectiva de um sujeito esmagado e estarecido pelos fatos trágicos que se desenrolam diante ou em volta dele são bastante frequentes, permitindo, por um lado, acompanhar, embora de modo mediado, o dia a dia do horror e, pelo outro, atribuir um sentido histórico ao desenrolar-se dos eventos – se é verdade que desde o início o *istor*, pelo menos desde Xenofonte, é aquele que viu e tem o direito de recontar. E é significativo que este modo de narrar os fatos seja desde o início – desde Xenofonte, justamente – ligado à crônica de eventos bélicos.

No âmbito brasileiro, poderíamos lembrar casos semelhantes como *La Retraite de Laguna* de Taunay ou, em tempos mais recentes, como *Guerra em Surdina* e *Caderno Italiano* de Boris Schnaiderman. O nome que devemos convocar, todavia, é mais uma vez o de Euclides, tanto na forma monumental da sua obra-prima, quanto no modo impressionista e imediato dos seus apontamentos coletados no *Diário de uma Expedição*. E é talvez desnecessário sublinhar como todos esses textos – incluindo obviamente a *Anábase* e a *Ciropédia* –, além de estar todos ligados, como disse, à descrição subjetiva de uma guerra, passem sempre da realidade para a ficção ou vice-versa, visto que não é possível estabelecer uma hierarquia entre o vivido e a imagem dele.

O mesmo modo de enfrentar eventos epocais, revogando, no colapso progressivo de todas as certezas, qualquer confiança no caráter positivo de um Fundamento mítico de cunho nacionalista – gerando apenas opressão e morte –, foi aliás experimentado, em tempos mais recentes, por Ricardo Lísias no seu *Diário da Catástrofe Brasileira*. Não se trata, aparentemente, da crônica romanceada de uma guerra, embora venhamos a saber, com a narração, atravessando vários registros expressivos, de uma longa luta (ideológica, mas também muito concreta e física) contra a tomada do poder e contra a atuação do governo de Jair Messias Bolsonaro – cujo nome, aliás, nunca aparece nos dois volumes do diário, sendo substituído por uma longa série de epítetos.

Ricardo Lísias, romancista e dramaturgo de fama, conferiu à sua crônica os traços de uma obra em andamento, de uma “obra aberta”, visto que, no início, ele disponibilizou online os textos que ia escrevendo e corrigindo depois da eleição de Bolsonaro em 2018. Como esclareceu Pedro Meira Monteiro:

Antes de se tornar livro, o Diário da catástrofe brasileira existiu como um experimento sobre plataforma digital. Numa série de e-books autopublicados na Amazon, cada volume tinha várias versões. À medida que o autor revisava o seu texto, os e-books eram atualizados e os leitores eram convidados a baixar a última versão revista, sabendo que a versão anterior desapareceria completamente, enquanto o próprio Lísias garantia que ele mesmo não manteria as versões originais.

Trata-se de um exemplo extremo de escrita in progress, com um “produto” absolutamente variável, o que gerou uma série de questões legais e comerciais delicadas, que levaram o autor a uma longa negociação com a Amazon e com os próprios leitores que, caso quisessem atualizar os e-books, precisavam enviar uma mensagem à loja afirmando estarem cientes de que perderiam parte do conteúdo originalmente adquirido na compra. Tratava-se, em suma, de um produto que continuava ainda parcialmente nas mãos do autor, mesmo depois de sua aquisição pelo leitor. Era uma performance que, à sua maneira, comprometia os termos de compra e venda sagrados pelo mercado.⁶

Um diário, em suma, que se faz e se desfaz sob olhos do leitor, assumindo, assim, um caráter marcadamente performativo, pelo menos até a publicação em dois volumes pela editora Record entre 2020 e 2021.

A forma do conteúdo, no caso dessa obra, é portadora de um significado extremamente claro: trata-se de uma espécie de corpo-a-corpo linguístico e imagético com uma realidade fora de qualquer lógica que pretende uma abordagem estilística polimorfa (ao mesmo tempo discursiva e meta-discursiva) e um batalha incessante contra as mentiras e contra as *fake news* propostas por um regime alimentando uma realidade paralela, para tentar reestabelecer a verdade ocultada – ainda que através de imagens contrapostas às dominantes, isto é, se valendo da força da literatura. A forma diarística, apesar da sua ordem pautada pelo calendário, permite, nesse sentido, penetrar no caos e no absurdo cotidiano, se espelhando numa escrita também ela aparentemente mágica.

Contrariando as leis do mercado editorial e dando uma forma continuamente reatualizada ao seu diário, Lísias tornou evidente a sua rebelião e o seu profundo mal-estar diante de uma situação política, social e cultural aparentemente insensata, embora crescida no álveo dos regimes neofascistas europeus e americanos. O desmoronamento dos princípios democráticos e o assolar de uma pandemia denegada que produzem a catástrofe brasileira, são, nesse sentido, comparáveis – na sua óbvia especificidade – a

⁶ Monteiro, Pedro Meira. Batman, Moro e o gozo em meio ao entulho. O neofascismo no *Diário da catástrofe brasileira* de Ricardo Lísias. *Brasiliana, Journal for Brazilian Studies*, v. 10, n. 1, 2021. p. 248.

outros eventos catastróficos vividos em várias partes do mundo, pondo em causa, mais uma vez, o Fundamento político e simbólico da comunidade.

A salvação possível, a respeito dessa situação aparentemente sem saída, está na própria decisão de habitar a catástrofe, confiando na ambiguidade etimológica da palavra, visto que o termo grego *katastrophé* encerra o significado duplo de “ruína” e de “reviravolta”. Nesse sentido ambíguo, o tempo sombrio pelo qual o Brasil tem passado contém em si tanto a destruição da convivência civil quanto a possibilidade de uma recomposição dos destroços, tanto a abolição de qualquer Fundamento, quanto os sintomas de uma Refundação ética, política e sociocultural.

Não por acaso Ricardo Lísias volta com frequência, no seu *Diário*, à figura benjaminiana do *Angelus Novus*, associando a catástrofe ao progresso, até vislumbrar uma promessa de futuro, um preenchimento do *Abgrund* e uma possível saída do desastre provocado por um Poder obscurantista.⁷ E isso graças a minúsculas frestas de luz que se entreabrem no amontoado de ruínas acumulado pelo século breve; isso graças a iluminações imprevistas e heterogêneas que clareiam por instantes o panorama desolador à nossa volta:

Em uma performance de Chris Burden, um tiro é desferido em um de seus braços, de raspão, deixando uma gota de sangue escorrer. Quando membros do grupo Pussy Riot invadiram o campo na final da Copa do Mundo da Rússia de 2018, eles estavam rindo. Há também um breve instante de felicidade, transmitido para mais de 1 bilhão de pessoas, nesse mesmo momento, no rosto do jogador Mbappé. Existe um momento bastante fugaz em que Marina Abramović, na obra *A artista está presente*, por fim se move, graças a um resquício de amor. O anjo da história sumiu do nosso horizonte. Ninguém sabe agora como ele pode ser descrito. Sequer essas pequenas centelhas nos oferecem uma luz forte o suficiente para antever ao menos uma ponta de sua asa. Mesmo que não sejam uma luz, são momentos de esperança e força. Na verdade, esses movimentos podem ser feitos aqui debaixo. É preciso multiplicá-los.⁸

Adiantando, portanto, aquilo que aconteceu realmente em outubro de 2022, Ricardo Lísias entrevê alguns pequenos lampejos na catástrofe, constata talvez a

⁷ “Nas teses de Benjamin o anjo da história enxerga a catástrofe que chamamos de progresso como se fosse “ruínas sobre ruínas”. Há agora um novo passo: vivemos livres por muito tempo sobre as ruínas do século XX, revolvendo-as. Não tratamos essas ruínas de forma conveniente, apenas ficamos revirando-as daqui para ali. A extrema direita percebeu isso e fez movimentos fortes o suficiente para, aproveitando nossos gestos revoltos, jogar toda a ruína para cima, fazendo com que ela nos soterrasse do lado de cá”. Lísias, Ricardo. *Diário da catástrofe brasileira. Ano I, O inimaginável foi eleito*. Rio de Janeiro: Record, 2020. p. 152.

⁸ *Ibidem*, p. 153.

sobrevivência daqueles vagalumes dos quais Pasolini lamentou o desaparecimento, que Didi-Huberman recuperou na sua natureza de “imagens residuárias” e que Roberto Vecchi, finalmente, repensou como “testemunho do passado e relâmpago benjaminiano, antecipador do ‘não ainda’”.

São esses “momentos de esperança e força”, são essas “centelhas”, enfim, aquelas que, na denuncia do presente e no remorso de uma Fundação assente na discriminação e no genocídio, podem atear o fogo de uma Refundação destinada, num necessário jogo de palavras, a refundir o povo brasileiro por tudo aquilo de que foi expropriado, ou melhor, pelo fato de ter sido condenado à função de bode expiatório de uma comunidade para poucos, baseada na exceção e num Fundamento mítico e sagrado que nunca existiu ou que, pelo menos, não se encontra lá onde a história oficial o situa.

Roma, 10 de fevereiro de 2024

Ettore Finazzi-Agrò doutorou-se pela Faculdade de Letras e Filosofia da Università de Roma La Sapienza(1975). Atualmente é Professor Titular da Università degli Studi La Sapienza. Possui extensa produção em estudos sobre a literatura portuguesa e brasileira. Sua pesquisa estendeu-se à épica e à novelística portuguesas do século XVI. É profundo conhecedor da obra de Fernando Pessoa. Na literatura brasileira, tem estudado Clarice Lispector, Guimarães Rosa, Mário de Andrade, Jorge Amado, Antonio Callado, Rubem Fonseca e Nélida Piñon, entre outros. A Unicamp lhe outorgou o título de Doutor Honoris Causa em 2014.